



Maurício Canêdo Pinheiro

Professor associado da FCE/Uerj. Doutor em economia pela FGV EPGE



Apoio à inovação aumenta o emprego?

Há incontáveis evidências de que a inovação no âmbito das empresas é uma das principais fontes de ganhos de produtividade. No entanto, o fato de a inovação ter impacto positivo sobre a produtividade das empresas não justifica, por si só, a existência de políticas públicas de fomento a atividades inovativas realizadas no âmbito privado. Para tanto, há que existir barreiras que impeçam que investimentos nestas atividades se materializem, mesmo com retorno privado positivo, ou cunhas entre o retorno privado e o retorno social associados à inovação. São as chamadas falhas de mercado. No que diz respeito à inovação, pelo menos duas delas estão bem documentadas pela literatura.

A primeira diz respeito às falhas no mercado de crédito. Por conta de assimetrias de informação, muitos bons projetos não conseguem financiamento, principalmente quando as empresas não são capazes de oferecer garantias suficientes aos seus potenciais credores. Estas falhas de mercado são exacerbadas no caso de investimentos em atividades inovativas, que

tipicamente são ainda mais arriscadas do que inversões em máquinas e equipamentos, por exemplo.

A segunda tem relação com as externalidades positivas associadas à inovação. Em muitas circunstâncias, não é possível que as empresas se apropriem completamente dos ganhos obtidos com investimentos em atividades inovativas. Sendo assim, elas tendem a investir menos em inovação do que seria desejável do ponto de vista da sociedade.

Se na teoria o apoio à inovação se justifica, cabe se perguntar se na prática as políticas de fomento em vigor no Brasil têm alcançado os resultados esperados em termos de aumento do investimento em atividades inovativas e do incremento da inovação. A resposta a esta pergunta é geralmente positiva.

No entanto, cabe uma pergunta adicional: este impacto positivo no investimento em inovação tem gerado também aumento no emprego? Teoricamente, o efeito seria ambíguo. Haveria um impacto potencial negativo devido ao aumento de eficiência resultante da economia de mão de

obra. Haveria também um impacto potencial positivo, devido ao aumento da competitividade, levando à expansão dos negócios e à contratação de mais trabalhadores. Se o resultado líquido desses dois efeitos é positivo ou negativo é uma questão eminentemente empírica.

Recentemente escrevi, em coautoria com Guilherme Reis de Carvalho Peres e Eduardo Pontual Ribeiro, um artigo que investiga essa questão para o caso brasileiro. Mais especificamente, o artigo trata do impacto no emprego resultante da atuação da Finep em financiamentos reembolsáveis de projetos de inovação. Note-se que no nosso artigo este impacto foi calculado com relação ao contrafactual de empresas que, além de terem características similares às empresas que obtiveram financiamento, também pediram financiamento à Finep, mas não obtiveram sucesso (ou seja, também teriam interesse em inovar). Deste modo, a princípio, a única diferença entre os dois grupos seria o recebimento do financiamento. Tal procedimento tornou possível uma melhor identificação do efeito causal dos financiamentos da Finep no emprego das empresas apoiadas.

Os resultados indicam um aumento no emprego formal nas empresas apoiadas pela Finep, especialmente nas empresas que buscam financiamento para inovações de processo (mas não para inovações de produto). Obviamente, trata-se de excelente notícia. No entanto, nosso artigo é apenas um esforço inicial de avaliação. É muito importante que as políticas públicas – no

Se na teoria o apoio à
inovação se justifica, cabe
se perguntar se na prática
as políticas de fomento
em vigor no Brasil
têm alcançado os
resultados esperados

que diz respeito ao apoio à inovação, mas também em outras áreas – sejam continuamente avaliadas. Caso não funcionem, elas devem ser corrigidas ou descontinuadas. Tal prescrição é ainda mais relevante no contexto brasileiro, no qual o quadro fiscal deixa cada vez menos espaço para políticas públicas. ▣

¹Para referências a este respeito ver Canêdo Pinheiro, M.; Figueiredo, P. Inovação tecnológica e produtividade industrial no Brasil. In: Bonelli, R., Veloso, F., Pinheiro, A. C. (Orgs.). *Anatomia da produtividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 211-240, 2017.

²Peres, G. R. C.; Ribeiro, E. P.; Canêdo Pinheiro, M. *Innovation support and its effect on employment: the case of Brazil*. 2025. Disponível em: <https://go.fgv.br/YeBqxIk1I6M>. O artigo é resultado da tese de doutorado de Guilherme Reis de Carvalho Peres, da qual sou coorientador, e foi escolhido como um dos melhores em sua área no 52º Encontro Anual de Economia (Anpec), realizado em dezembro de 2024 em Natal, RN. Uma versão modificada do artigo foi aceita para publicação na revista *Economia*.

*Maurício Canêdo Pinheiro
escreve a cada bimestre.*

